



GEOSABERES: Revista de Estudos
Geoeducacionais
ISSN: 2178-0463
fabimoria@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

A CAFEICULTURA NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL DE MINAS E NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO, MINAS GERAIS

GUEDES VILAS BOAS, LUCAS

A CAFEICULTURA NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL DE MINAS E NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO,
MINAS GERAIS

GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 11, 2020

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552861694050>

DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v11i0.972>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A CAFEICULTURA NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL DE MINAS E NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO, MINAS GERAIS


COFFEE PRODUCTION IN THE SOUTH OF MINAS PLANNING REGION AND IN NEPOMUCENO, MINAS GERAIS

LA CAFICULTURA EN LA REGIÓN DE PLANEAMIENTO SUR DE MINAS E EN EL MUNICIPIO DE NEPOMUCENO, MINAS GERAIS

LUCAS GUEDES VILAS BOAS

*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais,
Brasil*

lucasguedes@cefetmg.br

 <http://orcid.org/0000-0003-3189-0520>

DOI: <https://doi.org/10.26895/geosaberes.v11i0.972>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552861694050>

Recepção: 07 Maio 2020

Aprovação: 30 Outubro 2020

Publicado: 31 Outubro 2020

RESUMO:

A cafeicultura é uma das principais atividades econômicas do sul de Minas Gerais. Diversos aspectos favoreceram sua disseminação nos municípios sul-mineiros, inclusive em Nepomuceno. O artigo discute a situação recente da cafeicultura em Nepomuceno e na região de planejamento Sul de Minas, na qual o município está localizado. A pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo e as entrevistas semiestruturadas foram os procedimentos metodológicos adotados. A maioria dos cafeicultores sul-mineiros e nepomucenenses vende sua produção para as cooperativas agropecuárias. Ademais, o trabalho temporário durante a colheita do café é comum no Sul de Minas e em Nepomuceno. Embora o cultivo de cafés especiais e/ou orgânicos tenha crescido nos últimos anos em território brasileiro e em alguns municípios sul-mineiros, sua produção ainda é incipiente em Nepomuceno.

PALAVRAS-CHAVE: Café, Agricultura Orgânica, Produção, Sul de Minas, Nepomuceno-MG.

ABSTRACT:

Coffee production is one of the main economic activities in southern Minas Gerais. Several aspects favored its dissemination in the the south-Minas Gerais municipalities, including in Nepomuceno. The article discusses the recent situation of coffee growing in Nepomuceno and in the planning region of Southern Minas, in which the municipality is located. Bibliographic research, document analysis, fieldwork and semi-structured interviews were the methodological procedures adopted. The majority of local and regional coffee growers from sell their production to agricultural Cooperatives. Furthermore, temporary work during coffee harvesting is common in the south of Minas and in Nepomuceno. Although the cultivation of specialty and/or organic coffees has grown in recent years in Brazilian territory and in some southern Minas Gerais municipalities, its production is still incipient in Nepomuceno.

KEYWORDS: Coffee, Organic Agriculture, Production, South of Minas, Nepomuceno-MG.

PALABRAS CLAVE: Café, Agricultura Orgânica, Producción, Sur de Minas, Nepomuceno-MG

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, a cafeicultura logrou notoriedade na porção austral da unidade federativa de Minas Gerais. As condições geomorfológicas, climáticas e pedológicas da região contribuíram para o êxito das lavouras cafeeiras. No entanto, elementos de ordem socioeconômica, como a chegada de trabalhadores italianos oriundos de São Paulo e a construção de ferrovias, também colaboraram para a difusão dos cafezais no sul do estado. Já no município de Nepomuceno, o setor cafeeiro obteve proeminência a partir da primeira metade dos novecentos. Atualmente, o café é o principal produto da economia municipal e regional, sendo cultivado na maioria das propriedades rurais locais e gerando postos de trabalho, especialmente temporários, durante a colheita da rubiácea.

Assim como outros gêneros agrícolas lavrados ou extraídos em solo nacional, o café é uma commodity. Conforme enuncia Topik (2003), o café se tornou uma commodity no desfecho do século XIX, pois neste interm, os agentes capitalistas já efetivavam a venda de plantações ainda não cultivadas em distintos locais. Compravam-se as ações, uma produção futura, não os grãos propriamente ditos.

Nesta esfera, Schouchana e Miceli (2004) definem as commodities como produtos primários cuja negociação ocorre nas Bolsas de Mercados de Futuros, nas quais as mercadorias são comercializadas para entrega em prazo estipulado. Por conseguinte, seu consumo não é imediato, visto que sua entrega ocorre num momento posterior à venda. Além disso, são produzidas em larga escala, direcionadas à exportação e negociadas em escala mundial.

Assim, o objetivo do artigo foi discutir as principais características da cafeicultura em Nepomuceno e na região de planejamento Sul de Minas na década de 2010, salientando características como: as formas de produção, os insumos utilizados, a venda dos grãos produzidos, a integração às redes internacionais de comercialização, a atuação das cooperativas no setor, a produção de cafés especiais e orgânicos, entre outras.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica conferiu ênfase a referências relativas à cafeicultura, à produção orgânica e à agricultura sul-mineira. Já o trabalho de campo, foi realizado entre os meses de março de 2016 e março de 2019 em propriedades agrícolas do município de Nepomuceno, e teve como objetivo avaliar a cafeicultura municipal dentro do contexto regional. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os cafeicultores municipais. A análise documental também foi empregada, utilizando-se de dados publicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Organização Internacional do Café (OIC).

A CAFEICULTURA NO SUL DE MINAS GERAIS E EM NEPOMUCENO-MG ATUALMENTE

Nos tempos recentes, a região Sul de Minas se destaca como a principal produtora de café do estado e do Brasil, sendo responsável por mais da metade da produção cafeeira da unidade federativa e mais de um terço da produção nacional no ano de 2016 (CONAB, 2018). O desenvolvimento da cafeicultura em terras sul-mineiras se deve a variados fatores, como a difusão dos cafeeiros através da mão de obra estrangeira no século XIX e no início dos novecentos, os investimentos e incentivos estatais nos decênios de 1960 e 1970, a crescente atuação das cooperativas na agricultura regional, a elevada fertilidade de seus solos, o clima tropical de altitude, a altimetria ideal ao cultivo da rubiácea e a privilegiada localização da região. Com relação à cafeicultura, a Tabela 1 permite fazer a comparação da produção cafeeira sul-mineira, estadual e nacional no quinquênio 2012-2016.

Tabela 1 – Produção Total e Área em Produção de Café Arábica – Sul de Minas, Minas Gerais e Brasil (2012-2016)

Tabela 1 – Produção Total e Área em Produção de Café Arábica – Sul de Minas, Minas Gerais e Brasil (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Área (em hectares) - Sul de Minas	518.082	521.187	501.214	478.056	523.506
Área (em hectares) - Minas Gerais	1.028.425	1.037.797	1.008.548	968.872	1.008.467
Área (em hectares) - Brasil	1.572.761	1.565.713	1.519.390	1.479.810	1.525.265
Produção Total (em mil sacas) - Sul de Minas	13.792	13.355	10.084	10.808	15.347
Produção Total (em mil sacas) - Minas Gerais	26.944	27.660	22.941	22.303	28.937
Produção Total (em mil sacas) - Brasil	38.344	38.286	32.603	32.048	41.286

Fonte: CONAB. Séries Históricas - Safras 2012-2016 - Café Arábica. 2018.

Fonte: CONAB. Séries Históricas - Safras 2012-2016 - Café Arábica. 2018.

Entre os anos de 2012 e 2016, os municípios sul-mineiros mantiveram expressiva participação na área cultivada e na produção total estadual e nacional da rubiácea. Em 2016, a região Sul de Minas possuía 51,9% da área destinada ao cultivo de café no Estado e 34,3% de todas as terras destinadas ao plantio cafeeiro no país. No mesmo ano, era responsável por 53% da produção estadual e por 37,2% da produção nacional da rubiácea. No rol dos maiores produtores sul-mineiros de café, destaca-se o município de Nepomuceno (Figura 1), cuja cafeicultura é vultosa desde o início do século XX.

Nos tempos hodiernos, o café é uma das commodities mais valiosas do mundo. Apenas duas espécies são cultivadas em toda a superfície terrestre. O *coffea arabica* é responsável por aproximadamente 70% da produção mundial, enquanto cerca de 30% do café produzido na superfície terrestre é da espécie *coffea canephora*. Minas Gerais é o maior produtor nacional de café, seguido do estado do Espírito Santo. Salienta-se que percentual significativo da Mata Atlântica brasileira foi desmatado devido à cafeicultura, especialmente nos estados da região Sudeste (SOUZA; 2006; WATSON, ACHINELLI, 2008; FREDERICO, 2014a).

No entanto, atualmente a cafeicultura vivencia uma crise, pois, devido ao aumento da produção mundial, sobretudo em países como Brasil, China e Vietnã, a cotação cafeeira nas Bolsas de Mercados de Futuros vem apresentando grande volatilidade e alguns decréscimos nos últimos anos. Nas últimas duas safras – 2017/2018 e 2018/2019, a produção mundial de café superou o seu consumo, ocasionando a formação de excedentes. Como a oferta superou a demanda, há uma tendência de queda dos preços da rubiácea nos mercados internacionais (OIC, 2018). Nesta conjuntura, os cafeicultores do município de Nepomuceno temem por suas lavouras e pelo sustento de suas famílias, uma vez que o custo operacional efetivo (COE) de produção aumentou expressivamente nos últimos anos, enquanto o preço pago pela saca de café se manteve estagnado ou apresentou reduções.

Sublinha-se que o custo operacional efetivo (COE) abrange o somatório dos gastos com insumos, como praguicidas, fertilizantes químicos, sementes transgênicas e fontes energéticas, e com serviços empregados no processo produtivo, como impostos, arrendamentos, pagamento da força de trabalho, contratação de

agrônomos e/ou veterinários, manutenção de equipamentos e máquinas, benfeitorias nos estabelecimentos, transporte, estocagem e beneficiamento da produção, entre outros.

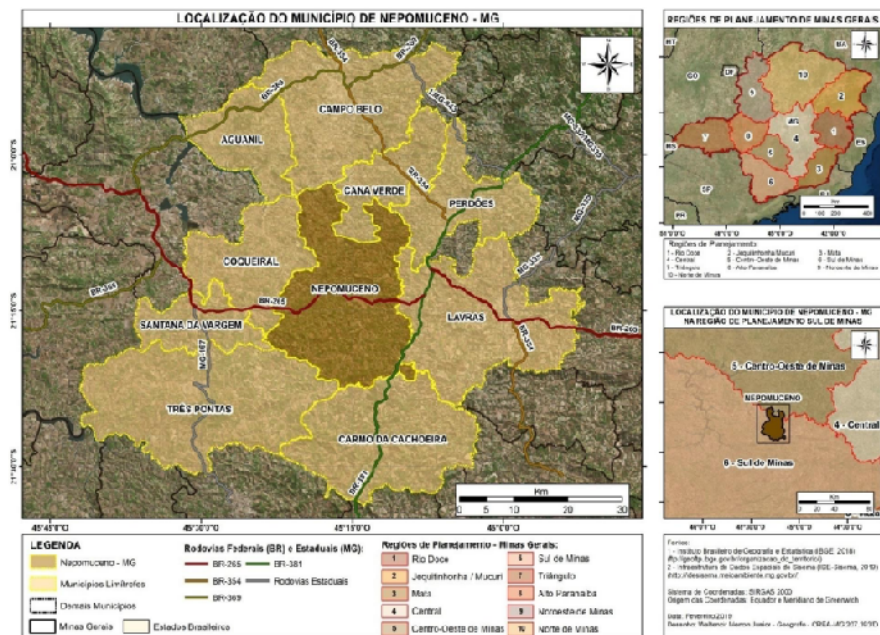


Figura 1 – Localização do Município de Nepomuceno-MG

Fonte: IBGE (2018); IDE-SISEMA (2019).

Vários dos monopólios internacionais atuantes no setor cafeeiro possuem unidades em municípios do sul de Minas Gerais, com destaque para Varginha, importante polo regional, onde estão instaladas diversas empresas de armazenamento, transporte, beneficiamento e exportação de café. A alemã Neumann Kaffee Gruppe (NKG), que está entre as dez maiores exportadoras de café do país, possui unidades em Muzambinho e Varginha através da Stockler Comercial e Exportadora Ltda.

A Stockler Comercial e Exportadora Ltda é uma das cinco maiores empresas de exportação de café atuantes no Brasil, exportando milhões de sacas anualmente e comercializando diversos tipos de cafés, dentre os quais se destacam os especiais e certificados. Sua sede se localiza em Santos (SP) e tem filiais em Espírito Santo do Pinhal (SP), Manhuaçu (MG), Muzambinho (MG), Patrocínio (MG), São Sebastião do Paraíso (MG), Varginha (MG), Vitória (ES) e Vitória da Conquista (BA). A empresa possui dois armazéns, ambos situados em municípios sul-mineiros. Um se encontra em Varginha e apresenta capacidade para armazenar aproximadamente 80 mil sacas, enquanto o outro está instalado em Muzambinho, cuja capacidade de armazenamento gira em torno de 70 mil sacas.

A corporação suíça Ecom Agroindustrial Ltda também é uma empresa monopolista com unidades no Brasil, por intermédio da Empresa Interagrícola S/A (EISA). Sua principal filial no Brasil se localiza em Santos e conta com o respaldo de unidades auxiliares, uma delas situada em Varginha. Já a empresa holandesa ED&F Man Netherlands BV, líder no mercado mundial de contratos de café verde, atua no Brasil por meio de quatro empresas. A Volcafé, uma de suas associadas, possui uma unidade exportadora em Varginha (OLIVEIRA, 2016).

A suíça Sucafina S/A atua no mercado brasileiro por intermédio da Finacafé Comércio de Alimentos Ltda, cuja sede está localizada em Santos. A multinacional exporta café em grão verde e solúvel por intermédio de sua unidade em Varginha. O conglomerado francês Louis Dreyfus Groups e a inglesa Armajaro Trading Limited, através da Armarjaro Agri-Commodities do Brasil Ltda, também exportam café pelo município de Varginha. A multinacional estatal chinesa Cofco Agri possui uma unidade de armazenamento, processamento e exportação de café em Alfenas, município situado no Sul de Minas Gerais. A corporação

internacional Hillshire Brands Company, a qual adquiriu recentemente algumas marcas brasileiras de café, exporta o grão produzido em território nacional por intermédio da D. E. Cafés do Brasil, localizada em Varginha (OLIVEIRA, 2016). Fundada em 1895, a Café Bom Dia, uma das maiores indústrias de torrefação e moagem da rubiácea em território brasileiro, tem sede no município de Varginha. Além disso, é uma das maiores produtoras de cafés sustentáveis e certificados do país, destacando-se também no volume total de grãos comercializados (MERGULHÃO, 2017). Essas empresas atuantes no sul do estado de Minas Gerais fazem parte da rede global do agronegócio cafeicultor, a qual opera em todos os maiores produtores mundiais da rubiácea.

Carvalho (2013), Oliveira (2016) e o IBGE (2018) afirmam que a microrregião de Varginha é a maior produtora de café do estado de Minas Gerais. Neste cenário, o município concentra as principais empresas exportadoras de café do território mineiro e é responsável por aproximadamente $\frac{1}{4}$ das exportações de produtos agropecuários do Estado. Em Varginha, está situada a Estação Aduaneira do Interior (EADI), responsável pelo armazenamento de carga, sobretudo cafeeira, direcionada à exportação (ROLLO, 2009). A EADI possui 15.000m² de armazéns alfandegados e 28.000m² de armazéns gerais. Em 2018, foi responsável pelo despacho de 96.923 sacas de café de 60 quilogramas (0,3% do total exportado pelo Brasil no ano) destinadas à exportação no país (CECAFÉ, 2019).

No sul do estado de Minas Gerais, a Exportadora de Café Guaxupé possui a capacidade de armazenamento de um milhão de sacas de café. Outrossim, também processa, transporta por meio de contêineres e exporta o grão. Para tal atividade, o município possui uma unidade aduaneira, na qual o contêiner é transportado em direção ao porto de Santos (OLIVEIRA, 2016).

As dez maiores empresas produtoras de café foram responsáveis por aproximadamente 60% de todo o grão vendido pelo Brasil e no mundo. Desta maneira, as corporações multinacionais e transnacionais estrangeiras atuam e promovem monopólios na cafeicultura brasileira, integrando a produção cafeeira às redes internacionais de comercialização de café. No panorama brasileiro, a participação das cooperativas é expressiva, pois revendem percentual significativo da produção cafeeira nacional (FREDERICO, 2012; 2013; OLIVEIRA, 2016). Com uma infraestrutura disponível ao armazenamento, processamento e escoamento do grão, o município de Varginha é um importante nó das redes geográficas de produção e distribuição do café, exercendo importante papel no sul de Minas Gerais. Segundo Raffestin (1993), a existência de nodosidades possibilita o advento de relações de poder das áreas centrais em relação às localidades periféricas, algo perceptível através da relevância da função exercida por Varginha em toda a logística de estocagem e comercialização da rubiácea.

Atualmente, Varginha, Guaxupé e Três Pontas estão entre os dez maiores municípios estocadores de café do país (IBGE, 2016). A maioria da rubiácea cultivada no Sul de Minas Gerais é exportada via porto de Santos, o qual também é responsável pela exportação da maior parte do café produzido no Brasil (CARVALHO, 2013). Neste contexto, o transporte do café geralmente é multimodal, conciliando o transporte rodoviário em território brasileiro, com o transporte marítimo, realizado por meio do porto de Santos, até outros países (BARONE, 2017). Com diversas instalações para a estocagem, o beneficiamento, a distribuição e a comercialização da produção cafeeira, o município de Santos desempenha, nos tempos atuais, papel fundamental na cafeicultura nacional.

A região Sul de Minas atende a uma produção especializada, com uma infraestrutura complexa para a produção, armazenamento, beneficiamento e exportação do café. Nas redes geográficas recentes, a produção é estocada em armazéns, processada nas torrefadoras e distribuída através dos fluxos entre as áreas produtoras, as localidades armazenadoras e os portos, até que a rubiácea chegue até seu destino final, no exterior ou no mercado nacional, isto é, aos consumidores, os quais finalizam o processo produtivo por meio do consumo (IBGE, 2016).

Frederico (2014a) salienta a importância da significativa quantidade de cooperativas, centros de pesquisa e extensão, órgãos, entidades, eventos e profissionais associados à cafeicultura nos municípios sul-mineiros.

Contudo, apesar de suas vantagens técnico-organizacionais, a produção nesta região é onerada por alguns fatores, tornando-se mais cara que em outras regiões do estado de Minas Gerais. Dentre esses aspectos, destaca-se a topografia acidentada, a qual dificulta a mecanização da produção. Destarte, a cafeicultura no sul de Minas Gerais está assentada sobre a força de trabalho humana, gerando diversos postos de emprego, sobretudo temporários, nos períodos de colheita. Considerando-se que a produção agrícola nos municípios sul-mineiros, inclusive em Nepomuceno, é altamente especializada, Lênin (1977, p. 28-29) explica que a especialização da produção resulta da integração da agricultura ao capitalismo e de sua subordinação ao setor industrial:

Esse processo de especialização que separa umas das outras as diferentes classes de transformação dos produtos, constituindo um número cada vez maior de ramos da indústria se manifesta também na agricultura, criando zonas agrícolas (e sistemas de exploração) especializadas, originando o intercâmbio entre os produtos da agricultura e a indústria, assim como entre os diferentes produtos agrícolas. (LÊNIN, 1977, p. 28-29 - Tradução Nossa)

No fragmento mencionado, Lênin explica que uma tendência da integração da agricultura ao modo de produção capitalista é o surgimento de regiões agrícolas especializadas no cultivo de determinados gêneros, ou seja, de grandes zonas pautadas nas monoculturas. O panorama não é diferente em Nepomuceno, uma vez que o monocultivo cafeeiro é dominante no município. Diversos elementos, como a associação entre os cafeicultores e as cooperativas, as quais compram a maioria do café cultivado pelos agricultores nepomucenenses e fornecem apoio técnico à produção, contribuem para a especialização da produção e sua integração ao mercado.

Neste contexto, os atores capitalistas agem estimulando a criação de extensas áreas agrícolas monocultoras, como os belts na América do Norte e a zona sojicultora no Centro-Oeste brasileiro. Assim, a segurança e a soberania alimentar das populações destas regiões são severamente ameaçadas, pois o monocultivo é prejudicial a ambas (PORTO-GONÇALVES, 2006; DESMARAIS, 2013; VILAS BOAS, 2016a; 2017).

O cultivo do café demanda condições geográficas específicas, como uma temperatura média entre 18 e 25 graus, a altitude entre 800 e 2000 metros, uma estação seca e outra chuvosa, típicas do clima tropical, entre outras características. Assim, sua produção fica concentrada em poucos países tropicais, os quais reúnem os aspectos físicos ideais aos cafezais (TALBOT, 2004; FREDERICO, 2014b). A unidade federativa de Minas Gerais coaduna condições geomorfológicas, climáticas e pedológicas apropriadas à cafeicultura, principalmente em algumas regiões do Estado, como as áreas de maior altitude e a porção sul do território mineiro (PELEGRINI; SIMÕES, 2011). O Sul de Minas é propício à cafeicultura, pois segundo a classificação de Köppen, seu clima apresenta verões brandos e chuvosos e possui concentração de chuvas entre os meses de janeiro e março (CARVALHO, 2013).

Além do mais, a região possui áreas montanhosas propícias ao *coffea arabica*, pois não apresenta máximas térmicas muito elevadas e possui condições de umidade e pluviosidade ideais ao cultivo da espécie. Todavia, como muitos municípios sul-mineiros estão situados acima de 800 metros de altitude, frequentemente há a ocorrência de geadas, as quais danificam os cafezais (MARTINS, 2014). Parcela expressiva do território mineiro se enquadra dentro destes parâmetros, como o município de Nepomuceno, o qual se situa a uma altitude média superior a 800 metros e apresenta o clima tropical de altitude, com duas estações bem definidas, um verão chuvoso e quente e um inverno mais ameno e seco (VILAS BOAS, 2016a).

O café do tipo arábica, conhecido por sua robustez e seu sabor forte e amadeirado, é o mais cultivado no sul do Estado (GIOVANINI, 2006; FREDERICO, 2013; OLIVEIRA, 2016). A altitude da maioria dos municípios sul-mineiros oscila entre 800 e 1250 metros, favorecendo a cafeicultura. O clima tropical, típico do estado de Minas Gerais, é ideal ao cultivo da rubiácea, pois possui um extenso período seco, entre os meses de maio e agosto, favorecendo o processo de secagem dos grãos, o qual acontece justamente nessa época do ano (COULIS, 2011; COELHO, 2012).

Frederico (2012) salienta os baixos custos de produção por hectare no sul de Minas Gerais, utilizando como exemplo o município de Três Pontas. O reduzido custo da produção sul-mineira se destaca principalmente

em comparação com outras regiões, como o oeste baiano, onde a diminuta fertilidade dos solos, em virtude de sua acidez, eleva os gastos produtivos. Os pequenos produtores têm grande relevância para a estrutura produtiva sul-mineira, pois a maioria do café revendido pelas cooperativas é oriunda de seus imóveis (BROGGIO et al., 1999). Acerca da atual conjuntura cafeeira dos municípios sul-mineiros, Frederico (2017, p. 96) disserta:

O sul de Minas continua sendo a principal região brasileira produtora de café, contudo, as rugosidades representadas pelo relevo ondulado – que dificulta a mecanização –, e pelo predomínio de pequenas unidades produtivas têm imposto desafios para incorporar os novos sistemas técnicos produtivos e para perpetuar a atividade, sobretudo, entre os pequenos produtores, em geral descapitalizados e com reduzido acesso à informação produtiva e de mercado.

Paradoxalmente, o relevo acidentado de Nepomuceno, ao passo que dificulta a modernização do processo produtivo, também favorece a perpetuação da cafeicultura no município, uma vez que constitui um empecilho à difusão de outras culturas, como a soja e o milho, as quais se adaptam melhor a terras mais planas. Desta maneira, os pequenos cafeicultores do município, cujos imóveis rurais não ultrapassam os quatro módulos fiscais, dispõem de máquinas simples, frequentemente manuais, para auxiliá-los no trabalho agrícola. A topografia municipal e a carência de recursos financeiros compõem obstáculos à disseminação de máquinas mais robustas e tecnológicas em Nepomuceno.

Nesta esfera, Coulis (2011) ressalta que a derriçadora manual possibilita que o trabalhador colha uma quantidade de café equivalente ao trabalho de seis trabalhadores sem o uso de máquinas. Deste modo, a produtividade do trabalho foi ampliada e a necessidade da contratação de safristas minorada, colaborando para o aumento do desemprego rural no sul de Minas Gerais. Considerando-se o relevo ondulado da região, a derriçadora portátil alcança áreas muito íngremes, as quais impossibilitam o uso de tratores.

Durante as entrevistas semiestruturadas, os produtores nepomucenenses relataram a redução da contratação de trabalhadores temporários durante o período da safra a partir da introdução da derriçadora manual na cafeicultura local. Tal conjuntura favoreceu o crescimento do subemprego no município e colaborou para a piora das condições de vida das famílias em Nepomuceno, especialmente em virtude da diminuição de seus rendimentos anuais. Salienta-se que, de acordo com os dados do Censo Demográfico realizado em 2010 (IBGE, 2010), menos de 13% da população nepomucenense estava empregada em alguma atividade formal de trabalho. O diminuto índice corrobora a débil situação relativa aos postos de emprego no município.

Em áreas de cafeicultura de montanha, como em algumas localidades do sul de Minas Gerais, quando há significativa diminuição dos preços venais do café, a adubação das lavouras é interrompida em alguns momentos, pois em função de sua elevada fertilidade, continuam produzindo mesmo sem a aplicação de insumos. Sublinha-se que em regiões de elevada fertilidade dos solos, como nos municípios sul-mineiros, a adubação geralmente ocorre apenas três vezes por ano. Em outras áreas do país, como no oeste baiano, recentemente incorporado à cafeicultura científica globalizada, a adubação precisa ser executada semanalmente, em virtude da diminuta fertilidade dos solos e de sua elevada acidez (FREDERICO, 2012).

Em Nepomuceno, o panorama é semelhante ao encontrado na maior parte dos municípios da porção austral de Minas Gerais. Na maioria dos imóveis agrícolas pesquisados, a adubação também é efetuada em três doses anuais. Essa situação corrobora a extração de renda de terra diferencial I em Nepomuceno, pois a fertilidade natural de seus solos confere vantagens produtivas aos agricultores do município, os quais obtêm maior produtividade, além da menor necessidade de aplicação de insumos em suas lavouras para a ampliação da fertilidade e/ou redução da acidez. A privilegiada localização do município de Nepomuceno, situado no trajeto entre algumas das principais capitais do país, também promove a redução dos custos produtivos, em decorrência da diminuição dos gastos relativos ao transporte (VILAS BOAS, 2016b). Nos tempos hodiernos, Nepomuceno é um dos municípios brasileiros com maior área cultivada da rubiácea (CARVALHO, 2013).

Deste modo, a localização dos solos de Nepomuceno, enaltecida pelo editorial Nação Brasileira (NAÇÃO BRASILEIRA, 1925) há quase um século, propicia a extração de renda diferencial I, a qual advém de

características naturais da terra e/ou da localização (MARX, 1983). Como provém de aspectos naturais do solo, a renda fundiária diferencial é auferida de forma permanente na agricultura. No entanto, quando o trabalhador não é o dono das terras cultivadas, o lucro extraordinário – a parte do lucro que supera o lucro médio – é apropriada pelo proprietário fundiário, como acontece nas diversas formas de arrendamentos (KAUTSKY, 1980).

A PRODUÇÃO DE CAFÉS ESPECIAIS E ORGÂNICOS EM NEPOMUCENO-MG

O cultivo e a comercialização de cafés especiais e orgânicos também constituem uma possibilidade aos agricultores nepomucenenses para o aumento dos rendimentos financeiros e a melhoria das condições de vida. Destarte, sua produção em escala local foi analisada, discutindo as vantagens apresentadas, bem como os problemas enfrentados em todo o processo produtivo.

Segundo os gestores da filial da Cooxupé em Nepomuceno, a produção de cafés especiais, como os orgânicos ou varietais, é incipiente no município. De acordo com dados do IBGE (2018), apenas 24 (1,57% do total) estabelecimentos agropecuários municipais desenvolviam agricultura ou pecuária orgânica no ano de 2017. No entanto, a Associação Flor de Café vem estimulando a produção de cafés especiais nos estabelecimentos agrícolas nepomucenenses por meio da parceria com alguns cafeicultores municipais. Seu principal objetivo é a valorização da produção e da cultura cafeeiras de Nepomuceno, almejando o aumento dos rendimentos dos cafeicultores locais e, conseqüentemente, a melhoria de suas condições de vida. Composta por uma equipe de especialistas em diversas áreas vinculadas à cafeicultura, a Flor de Café possuía 15 produtores associados em 2018 e comercializa seus cafés para vários locais no Brasil e no exterior. Ademais, vende dois tipos de cafés especiais torrados de própria produção, o Garangui e o Morembá (Figura 2). Embora já tenha iniciado o plantio conforme as normas da agricultura orgânica em algumas das propriedades associadas, em 2018, a organização ainda não vendia cafés orgânicos (ASSOCIAÇÃO FLOR DE CAFÉ, 2018).



Figura 2 – Cafés Especiais Torrados Comercializados pela Associação Flor de Café em 2019

Fonte: ASSOCIAÇÃO FLOR DE CAFÉ. 2018. Disponível em: . Acesso em 12 jun. 2018.

Enquanto as associações – em tese – não têm como objetivo principal o lucro e concebem o comércio como algo facultativo, as cooperativas possuem capital social e têm caráter notadamente mercantil, uma vez que um de seus objetivos é a comercialização, ofertando vantagens e benefícios aos cooperados. As cooperativas, diferentemente das associações, exercem atividades de prestação de serviços, produção, consumo, crédito e comercialização (LIEBHARDT, 1982).

A despeito da designação jurídica de associação, a Flor de Café possui algumas características atribuídas às cooperativas, pois presta serviços, como consultorias técnicas, aos cafeicultores associados, além da atuação direta na produção e na comercialização da rubiácea produzida por seus integrantes. Desta maneira, não é possível afirmar que o cafeicultor vinculado à associação tenha maior autonomia no processo de produção em comparação com os cooperados da Cocatrel, da Capebe e da Cooxupé, pois depende do apoio técnico fornecido pela associação para o cultivo, o beneficiamento e a venda dos grãos cultivados.

Assim, a Flor de Café é uma associação capitalizada e capitalista, visto que seus integrantes possuem expressivo capital para investimentos produtivos e atuam no setor agroindustrial por meio do cultivo de café, milho e soja e da criação de aves e bovinos, atividades para as quais contam com a posse de frigoríficos, granjas, indústrias leiteiras, entre outras instalações. Buscando a melhoria da qualidade dos cafés produzidos pelos associados e a produção de cafés especiais – cujos preços venais são elevados – a associação almeja a ampliação dos rendimentos e dos lucros auferidos por seus integrantes. Além disso, a empresa se apropria da mais-valia a montante, pois paga ao apanhador de café um valor monetário inferior ao produzido por seu trabalho, e da mais-valia a jusante, por meio da venda de cafés especiais.

A produção de cafés orgânicos no município de Nepomuceno ainda é ínfima em comparação com a quantidade total de café produzida pelos agricultores municipais, pois são raros os agricultores que cultivam os grãos seguindo as normas higiênico-sanitárias da produção orgânica. Apesar dos esforços de alguns institutos e entidades, como o EMATER, a agricultura orgânica não obteve ampla disseminação em terras nepomucenenses. Destarte, observou-se grande relutância da maioria dos cafeicultores locais na adesão à produção orgânica. Dentre os principais empecilhos à cafeicultura orgânica, destacaram-se em suas falas o elevado investimento financeiro necessário a esse tipo de produção e a dificuldade no atendimento a todos os requisitos da agricultura orgânica.

A incipiência da assistência técnica e das linhas de crédito destinadas à agricultura orgânica, assim como a escassez de trabalhadores aptos ao trabalho com a produção orgânica constituem empecilhos à sua disseminação no Brasil. Outros fatores, como a insuficiência de equipamentos agrícolas adequados à modalidade de produção, a exiguidade de capital para investimentos financeiro-produtivos e a dificuldade no controle das pragas da lavoura também atravancam a propagação da agricultura orgânica em território nacional (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006; PADOVAN; GOMES; PADOVAN, 2017).

Em pesquisa realizada no estado de Mato Grosso do Sul, Padovan, Gomes e Padovan (2017) observaram que muitos agricultores não investem na produção orgânica devido ao receio quanto à exequibilidade da produção e da comercialização, as quais são cruciais à geração de renda e à sobrevivência do grupo familiar. Não obstante, a maioria dos agricultores orgânicos sul-mato-grossenses declarou ter menor custo de produção em relação à agricultura convencional, especialmente em virtude da possibilidade de uso de insumos oriundos de suas propriedades, como os orgânicos, do controle das pragas através de receitas caseiras e da produção de sementes no próprio estabelecimento agrícola.

Entretanto, em Nepomuceno, a maioria dos agricultores considera a produção orgânica mais cara que a convencional. Com base na pesquisa realizada, pode-se afirmar que muitos produtores nepomucenenses desconhecem as técnicas da agricultura orgânica e possuem diminuto capital, dificultando possíveis investimentos na estrutura produtiva. Além disso, há carência de máquinas e instrumentos específicos e de mão de obra qualificada ao expediente da agricultura orgânica.

Em consonância com a fala de gestores de cooperativas, alguns produtores que optaram pela agricultura orgânica no sul de Minas Gerais afirmaram que o rendimento do café orgânico não compensou seus elevados custos. Assim, consoante os seus próprios relatos, a produção convencional era mais rentável que a orgânica e a dificuldade de controle das pragas na produção orgânica era expressiva. A hegemonia das cooperativas na cafeicultura sul-mineira é um empecilho ao desenvolvimento da cafeicultura orgânica, pois essas empresas se preocupam somente com aspectos vinculados à produtividade e aos lucros, em detrimento

da preservação ambiental. Outrossim, as cooperativas comercializam agrotóxicos e fertilizantes químicos, cujo uso é incompatível com a agricultura orgânica (COULIS, 2011).

De acordo com a legislação brasileira, a produção orgânica engloba a sustentabilidade econômica, cultural e ambiental, intentando a minoração da dependência em relação às fontes energéticas não renováveis e a restrição do uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas. Seus objetivos são assegurar a salubridade dos gêneros cultivados, ampliar e conservar a fertilidade e a atividade biológica do solo, preservar a diversidade da fauna e da flora, estimular a utilização de insumos orgânicos na produção, entre outros (BRASIL, 2003).

CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS: CRITÉRIOS ADOTADOS E PROBLEMAS ENFRENTADOS

A certificação dos víveres orgânicos teve início nos Estados Unidos, durante o decênio de 1970. Nos anos 1980, ocorreram movimentos informais de certificação da produção orgânica no Brasil. Contudo, somente em 1999, o governo federal formulou uma legislação normativa para a agricultura orgânica. Para receber o certificado de orgânico, o café deve atender a algumas normas, dentre as quais estão o uso de sementes produzidas de forma orgânica, a proibição ou a limitação do uso de fertilizantes químicos e praguicidas, o emprego do controle biológico e de técnicas sustentáveis ou mecânicas para o combate às pragas, a aplicação de matéria orgânica no solo para a ampliação da fertilidade e a rotação de culturas (UNCTAD, 1999; SOUZA, 2006). Desta maneira, em tese, a produção orgânica estimula a policultura e restringe o uso de transgênicos, praguicidas e adubos químicos.

Dentre suas vantagens, pode-se salientar a diminuta dependência em relação aos derivados do petróleo, a valorização da biodiversidade e dos processos naturais de fertilização do solo e a preferência pelo cultivo de espécies nativas (ALTIERI, 2005). Além disso, a agricultura orgânica visa a conservação e a restauração da fertilidade pedológica por intermédio de processos biológicos (PADOVAN; GOMES; PADOVAN, 2017).

Os selos orgânicos conferidos aos alimentos são certificações frequentemente normatizadas pelos Estados nacionais, inclusive o brasileiro. Sua importância aumentou com o crescimento da demanda nacional e mundial por produtos orgânicos, especialmente em função de algumas características, como a maior salubridade dos víveres produzidos e a preocupação com a preservação ambiental. Para adquirir o selo de alimento orgânico, a produção deve ser fiscalizada por certificadores credenciados (UNCTAD, 1999; SOUZA, 2006).

A certificação de cafés orgânicos no Brasil acontece em conformidade à legislação nacional e internacional e aos parâmetros instituídos pela Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM). Pode-se dizer que sua qualidade é avaliada de acordo com critérios internacionais e a maioria da produção é destinada ao mercado externo (BARONE, 2017). A padronização da agricultura orgânica definida pelos órgãos internacionais diverge das propostas da agroecologia para a produção de alimentos, as quais almejam a autonomia dos agricultores e a diversidade de gêneros e espécies cultivadas, inserindo a produção orgânica no rol das atividades apropriadas pelo agronegócio internacional. No tocante à certificação de orgânicos, Schmidt (2001, p. 68) afirma que:

Na percepção do consumidor, a vantagem do produto orgânico se baseia quase sempre na confiança que ele tem em uma certificação. (...) Fundamentalmente, o sistema de certificação julga se um processo de produção está em conformidade com as regras estabelecidas pela normalização.

O ajuste às normas de entidades certificadoras, como a IFOAM, mostra que a agricultura orgânica está se adequando às exigências dos mercados internacionais, inserindo-se em redes mundiais de produção e comercialização de alimentos associadas ao agronegócio. Ademais, a adaptação aos critérios de certificação

revela o direcionamento da produção à venda, introduzindo os agricultores na produção capitalista de mercadorias e, conseqüentemente, comprometendo sua soberania alimentar.

Os estabelecimentos que comercializam orgânicos geralmente também vendem produtos provenientes da agricultura convencional e/ou que atendam a interesses diversos, como alimentos diet, light ou sem glúten. Isto é, o foco é o atendimento ao público consumidor e às suas exigências, em detrimento dos métodos de produção empregados, da autonomia e das condições de vida e de trabalho dos agricultores (NASCIMENTO et al., 2018).

O mercado de orgânicos vem crescendo e se estruturando nos últimos anos, especialmente por meio dos critérios de certificação que padronizam sua produção e a convertem em uma indústria de caráter capitalista. Visando a atração de um público consumidor preocupado com uma alimentação saudável e com o meio ambiente, os grandes supermercados comercializam alimentos orgânicos a altos preços, com o intuito de maximizar seus lucros. Como o supermercado atua como um intermediário entre o agricultor e o consumidor, o produtor dos gêneros orgânicos tem sua força de trabalho explorada, enquanto a maior parte das receitas financeiras é apossada pelas redes varejistas. Além disso, a presença de um intermediário onera o preço final das mercadorias, dificultando o acesso da população mais pobre aos alimentos orgânicos (NASCIMENTO et al., 2018).

Em alguns países do continente europeu, algumas cadeias agroalimentares mesclaram práticas agroecológicas e/ou orgânicas com o uso de sementes transgênicas, adaptando-se ao ideal produtivista do modo de produção capitalista. Assim, predomina a dimensão tecno-produtiva da agroecologia, a qual desconsidera os conhecimentos tradicionais vinculados ao campesinato (LEVIDOW, 2015). Ao se apropriar da agroecologia e da agricultura orgânica, os capitalistas promovem a despolitização do movimento em torno da agroecologia e da produção orgânica de alimentos (RIVERA-FERRE, 2018).

Devido à possibilidade de agregação de valor à produção agrícola, a agricultura orgânica interessa bastante a determinados grupos de produtores, os quais se preocupam mais com os lucros, em detrimento da preservação ambiental e da qualidade dos alimentos. Destarte, estes agricultores vendem produtos diferenciados, com maior valor agregado, a elevados preços, garantindo o incremento das receitas oriundas da atividade agrícola (SCHMIDT, 2001; SOUZA, 2006).

Talvez o grande desafio da agricultura orgânica seja produzir alimentos limpos a preços acessíveis para pessoas de todos os níveis de renda monetária, ao passo que também assegure um pagamento justo aos agricultores, que propicie qualidade de vida e de trabalho aos seus núcleos familiares. Neste panorama, o alto preço de seus produtos fere, em partes, o princípio ético do movimento da agricultura orgânica, cujo intuito é viabilizar um regime alimentar saudável e de qualidade a todos os seres humanos (SCHMIDT, 2001).

Deste modo, o preço dos alimentos orgânicos constitui um obstáculo ao crescimento de seu consumo. Neste âmbito, a diferença de preço em relação aos produtos convencionais é maior nas redes varejistas de supermercados em comparação com as feiras de produtos orgânicos. Sob esse prisma, o sobrepreço pago pelos consumidores de orgânicos advém da responsabilidade ambiental e dos maiores gastos produtivos que oneram a agricultura orgânica (TERRAZZAN; VALARINI, 2009; PADOVAN; GOMES; PADOVAN, 2017).

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG

Souza (2006) afirma que a transição para a agricultura orgânica é simples para os produtores familiares, uma vez que muitos já não empregam agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas em suas lavouras. Nesta perspectiva, Barone (2017) defende que a inserção da cafeicultura orgânica entre os pequenos agricultores é expressiva. Todavia, atender a todos os critérios exigidos para a certificação de produtos orgânicos é oneroso e complexo, especialmente para os pequenos agricultores, os quais dispõem de poucos recursos financeiros e tecnológicos para modificarem seus sistemas de produção. Deste modo, apesar dos

benefícios proporcionados pelo cultivo orgânico, a conversão para esse tipo de produção ainda é inviável para muitos agricultores no país. Nesta ótica, o panorama agrário nepomucenense apresenta significativas diferenças em relação às palavras de Souza (2006) e Barone (2017), pois a maioria dos cafeicultores familiares do município julga difícil e financeiramente inexequível a mudança para a produção orgânica.

No entanto, existem agricultores que produzem sem o emprego de insumos químicos industriais, visando a preservação ambiental e a qualidade dos alimentos cultivados, mas não seguem todas as exigências para a obtenção do certificado de alimento orgânico. As inúmeras obrigações impostas para a obtenção do selo de orgânico oneram o processo produtivo e atrasam a mudança de muitos pequenos agricultores para a produção orgânica. Desta maneira, existem trabalhadores que cultivam alimentos saudáveis e se preocupam com a conservação do meio ambiente, mas não conseguem ampliar seus ganhos financeiros com a prática agrícola, uma vez que não atendem às inúmeras exigências da certificação de produtos orgânicos.

No município de Nepomuceno, alguns agricultores cultivam diversos gêneros em suas terras sem a utilização de insumos químicos, como sementes transgênicas, praguicidas e fertilizantes químicos. Além disso, utilizam métodos naturais para a conservação e o aumento de fertilidade dos solos, como a adubação orgânica, a cobertura morta, a adubação verde, o plantio em curvas de nível, o controle biológico de pragas, o consórcio e a rotação de culturas. Assim, pode-se afirmar que os alimentos produzidos nessas propriedades são saudáveis e os procedimentos utilizados em todo o processo produtivo não degradam os recursos naturais, como o solo e as águas superficiais e subterrâneas. No entanto, a despeito de os víveres lavrados serem, em geral, mais saudáveis que os gêneros oriundos da agricultura convencional, esses agricultores não conseguem comercializar os alimentos cultivados a maiores preços, pois não possuem o certificado comprobatório de produção orgânica.

Os critérios de certificação apenas avaliam se a produção ocorreu em conformidade com as diretrizes exigidas para a agricultura orgânica. Em virtude disso, alguns agricultores consideram a transição para a produção orgânica difícil e onerosa. Não obstante, apesar do respeito às normas de certificação, não há garantias que o alimento cultivado tenha maior qualidade ou apresente mais benefícios à saúde que os demais (SCHMIDT, 2001). Com relação ao tema, Padovan, Gomes e Padovan (2017) explicam que o parco conhecimento das práticas orgânicas colabora para o aumento dos gastos de produção entre os agricultores que aderem aos orgânicos.

Sem embargo, sublinha-se que a Fazenda Agropecuária Aracne Eireli, a qual possui 112 hectares de área, iniciou o plantio totalmente orgânico de café entre os anos de 2017 e 2018. Sua proprietária tem a intenção de conseguir o selo IBD Orgânico do Instituto Biodinâmica. Os profissionais envolvidos na proposta da propriedade optaram pela produção orgânica em virtude da sustentabilidade ambiental e da possibilidade de maior rentabilidade com a venda de cafés diferenciados, e também ressaltaram o diminuto mercado consumidor de orgânicos existente no município de Nepomuceno. A despeito da incipiente demanda, alguns proprietários fundiários municipais manifestaram interesse na conversão para a produção orgânica.

Dentre os métodos empregados na produção orgânica empreendida no estabelecimento, destacam-se a adubação com esterco de gado semiconfinado, a utilização de um adubo feito com farinha de sangue oriunda de frigoríficos que aumenta a quantidade de nitrogênio disponível no solo e o bokashi, que consiste em:

(...) uma mistura balanceada de matérias orgânicas de origem vegetal e/ou animal, submetidas a processo de fermentação controlada. (...) Os nutrientes do Bokashi são disponibilizados sob a forma de quelatos orgânicos, ou seja, estão presos nas estruturas orgânicas e têm a vantagem de não se perderem facilmente por volatilização ou lixiviação após a aplicação. A ação mais importante do Bokashi, entretanto, é introduzir microrganismos benéficos no solo, que desencadeiam um processo de fermentação na biomassa disponível, proporcionando rapidamente condições favoráveis à multiplicação e atuação da microbiota benéfica existente no solo, como fungos, bactérias, actinomicetos, micorrizas e fixadores de nitrogênio, que fazem parte do processo complexo da nutrição vegetal equilibrada e da construção da sanidade das plantas e do próprio solo (SIQUEIRA; SIQUEIRA, 2013, p. 05-06).

Desta maneira, o bokashi é uma técnica de compostagem que propicia o aumento do teor de matéria orgânica do solo, colaborando para a ampliação de sua fertilidade. Outros procedimentos efetuados no imóvel são a preparação e a aplicação de um biofertilizante líquido feito com água, esterco fresco, micronutrientes permitidos na agricultura orgânica e uma mistura proteica. Por conseguinte, pode-se afirmar que o suporte técnico de especialistas que conhecem os métodos da produção orgânica favorece o êxito da Fazenda Aracne em seu objetivo. Além do mais, o estabelecimento iniciou o cultivo de cafés sombreados e pretende exportar parte de sua produção para a Itália. Apesar dessa iniciativa no município, como nem todos os agricultores nepomucenenses dispõem de apoio profissional voltado ao cultivo de orgânicos, a disseminação deste tipo de agricultura em Nepomuceno ainda enfrenta sérios empecilhos.

No entanto, apesar de a agricultura orgânica apresentar benefícios ao meio ambiente e aos alimentos, em virtude da não utilização de agrotóxicos, fertilizantes e adubos químicos, entre outros insumos industriais, essa forma de produção está inserida no bojo das práticas capitalistas na agricultura. Assim, conforme advogam Souza (2006) e Paulino (2015), nos tempos atuais, a agricultura orgânica está volvida somente ao atendimento das normas técnicas, caracterizando-se pela integração ao mercado e pela busca de lucro.

Por conseguinte, embora a agricultura orgânica contribua para a segurança alimentar em virtude da qualidade e da salubridade dos alimentos cultivados, não assegura a soberania alimentar, pois uma produção que cumpra as exigências técnicas da certificação orgânica pode estar dependente e subordinada ao mercado e ao capital urbano-industrial (PAULINO, 2015). Assim, pode-se afirmar que a produção orgânica não é garantia de soberania alimentar, pois o agricultor pode não ter autonomia e controle sobre as deliberações concernentes ao processo produtivo.

Nesta perspectiva, Schmidt (2001) afirma que a luta pela ampliação dos mercados de agricultura orgânica promove sua submissão ao setor financeiro-industrial, assim como ocorre na agricultura convencional. Destarte, o movimento em prol dos orgânicos perde seu conteúdo ético e se enfraquece na oposição em relação ao mercado. O autor também defende a associação entre agricultura orgânica e familiar para que ocorra a disseminação do cultivo e do consumo de alimentos orgânicos no Brasil e no mundo.

As grandes redes de supermercados perceberam, no término dos anos 1990 e no início do decênio de 2000, o movimento político-ideológico em prol dos orgânicos. Assim sendo, passaram a comercializar produtos orgânicos, sobretudo nas grandes cidades. Essa atitude compôs parte das estratégias desenvolvidas com o intuito de fortalecer suas marcas empresariais, atrair novos clientes e superar a concorrência. A despeito de os supermercados promoverem a ampliação do mercado consumidor de gêneros orgânicos, prejudicam os pequenos produtores, pois geralmente adquirem os alimentos orgânicos de grandes agricultores, os quais possuem mais capital para investirem nessa produção (SCHMIDT, 2001).

CONCLUSÃO

Portanto, a cafeicultura sul-mineira e nepomucenense está integrada às redes internacionais de comercialização da rubiácea, principalmente em virtude da atuação de cooperativas agropecuárias e corporações multinacionais e transnacionais do setor agrícola na região. Assim, a produção cafeeira movimentou a economia regional e gera inúmeros postos de trabalho, especialmente durante a colheita do café.

Apesar de ter apresentado crescimento em alguns municípios sul-mineiros, a produção de cafés especiais e orgânicos ainda possui pouca expressividade no panorama agrário de Nepomuceno, especialmente devido às inúmeras exigências impostas para sua certificação, ao desconhecimento dos agricultores com relação às práticas orgânicas e/ou agroecológicas e seus benefícios, ao elevado custo da transição para a produção orgânica e à falta de mão de obra especializada.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. The Myth of Coexistence: Why Transgenic Crops Are Not Compatible With Agroecologically Based Systems of Production. *Bulletin of Science, Technology & Society*, v. 25, n. 04, p. 361-371, 2005.
- ASSOCIAÇÃO FLOR DE CAFÉ. *Entrevistas Realizadas com os Representantes da Associação Flor de Café nos Meses de Julho de 2017 e Maio de 2018*. Nepomuceno: Associação Flor de Café, 2018.
- BARONE, Marcela. Circuito Espacial Produtivo e Círculos de Cooperação dos Cafés Especiais: Possibilidades e Limites do Salto de Escala das Cooperativas de Café do Sul de Minas Gerais. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, XII., 2017, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: ANPEGE, 2017. p. 13970-13982.
- BRASIL. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. 2003. Disponível em: . Acesso em: 17 nov. 2019.
- BROGGIO, Céline; DROULERS, Martine; GRANDJEAN, Pernette. A Dinâmica Territorial da Cafeicultura Brasileira – Dois Sistemas de Produção em Minas Gerais. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 06, p. 73-91, 1999.
- CARVALHO, Ewerton Teixeira. *Fluidez Territorial e Logística da Produção Cafeeira no Sul de Minas*. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. *Relatório de Exportações – 2018*. São Paulo: CECAFÉ, 2019.
- COELHO, Antonio José Ernesto. *Sul de Minas – Excelência em Café*. Varginha: Edições Alba, 2012.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Séries Históricas - Safras 2012-2016 - Café Arábica*. Brasília: CONAB, 2018.
- COULIS, Jonathan. E. *Rooted in Coffee – Deregulation, Economic Crisis and Restructuring Power in the Brazilian Coffee Sector: How Small-Scale Coffee Producers Responded to the Coffee Crisis in Sul de Minas*. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Guelph, Ontario, 2011.
- DESMARAIS, Annette Aurélie. *A Via Campesina – A Globalização e o Poder do Campesinato*. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013.
- FREDERICO, Samuel. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 02, n. 02, p. 279-302, 2012.
- _____. Lógica das *commodities*, finanças e cafeicultura. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 03, n. 01, p. 97-116, 2013.
- _____. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. *GeoUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 01, p. 55-70, 2014a.
- _____. Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 01, p. 37-48, 2014b.
- _____. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. *GeoUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 21, n. 01, p. 73-101, 2017.
- GIOVANINI, Rafael Rangel. Regiões em Movimento – Um Olhar sobre a Geografia Histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira (1808-1897). 2006. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. *A Geografia do Café*. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de Geografia, 2016.
- _____. *Dados Preliminares do Censo Agropecuário de 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. 2. ed. Madri: Akal Editor, 1977.
- LEVIDOW, Les. European transitions towards a corporate-environmental food regime: agroecological incorporation or contestation? *Journal of Rural Studies*, v. 40, p.76–89, 2015.

- LIEBHARDT, Marcelo Ernesto. **O Sistema Cooperativo Agrícola Brasileiro**: Comercialização, Integração Vertical e Crédito. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1982.
- MARTINS, Marcos Lobato. A Marcha do Café no Sul de Minas, Décadas de 1880-1920: Alfenas, Guaxupé, Machado e Três Pontas. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 07, n. 01, p. 287- 320, 2014.
- MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983. p. 705-1079.
- MAZZOLENI, Eduardo Mello. ; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas de seu produtor. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 02, p. 263-293, 2006.
- MERGULHÃO, Amanda Duarte. Os Fluxos, as Relações e os Agentes Envolvidos na Produção e Comercialização do Café Produzido Atualmente no Brasil. **Revista da Anpege**, v. 13, n. 22, p. 57-85, 2017.
- NAÇÃO BRASILEIRA. **Nepomuceno**. Rio de Janeiro, Ano III, n. 19, mar. 1925, p. 01-50.
- NASCIMENTO, Daniela Viegas da Costa. ; SILVA, Jaqueline Araújo. ; PINTO, Marcelo de Rezende. ; MESQUITA, Maytê Cabral. *Quando o orgânico se torna “rótulo”*: discussões críticas sobre consumo e Agroecologia a partir de um empreendimento de Economia Solidária. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 03, p. 608-629, 2018.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ. Relatório sobre o mercado de café – dezembro de 2018. OIC: Londres, 2018. Disponível em: . Acesso em: 19 fev. 2019.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iânde Editorial, 2016.
- PADOVAN, Milton Parron. ; GOMES, Juliana Benites Padua. ; PADOVAN, Denise Soares da Silva. Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 03, p. 316-342, 2017.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania Alimentar e Campesinato: Disputas Teóricas e Territoriais. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 17, n. 33, p. 177-204, 2015.
- PELEGRINI, Djalma Ferreira. ; SIMÕES, Juliana Carvalho. Desempenho e Problemas da Cafeicultura no Estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 06, n. 12, p. 183-199, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RIVERA-FERRE, Marta G. The resignification process of Agroecology: Competing narratives from governments, civil society and intergovernmental organizations. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 06, p. 666-685, 2018.
- ROLLO, Marco Aurélio Pereira. As Novas Dinâmicas do Território Brasileiro no Período Técnico-Científico-Informacional: O Circuito Espacial de Produção do Café e Respectivo Círculo de Cooperação no Sul de Minas. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.
- SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, EMATER/RS, v. 02, n. 01, p. 62-73, 2001.
- SCHOUGHANA, Félix; MICELI, Wilson. Motta. **Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil**. 3. ed. São Paulo: BM&F, 2004.
- SIQUEIRA, Ana Paula Pegorer de; SIQUEIRA, Manoel F. B. de. **Bokashi – Adubo Orgânico Fermentado**. Manual Técnico. n. 40. Niterói: Programa Rio Rural, 2013.
- SOUZA, Maria Célia Martins de. **Cafés Sustentáveis e Denominação de Origem**: A Certificação de Qualidade na Diferenciação de Cafés Orgânicos, Sombreados e Solidários. 2006. 192 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- TALBOT, John. M. **Grounds for Agreement**: The Political Economy of the Coffee Commodity Chain. Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield Publishers, 2004.
- TERRAZZAN, Priscila; VALARINI, Pedro José. Situação do mercado de Produtos Orgânicos e as Formas de Comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 39, n. 11, p. 27-41, 2009.

- TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. *In*: CLARENCE-SMITH, William G. ; TOPIK, Steven (Orgs.). **The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989**. Nova York: Cambridge University Press, 2003. p. 21-49.
- UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Organic Food and Beverages: World Supply and Major European Markets**. Genebra: International Trade Center, 1999.
- VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno-MG**. 2016a. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016a.
- _____. Renda da Terra Agrícola em Nepomuceno-MG. **Sociedade e Território**, Natal, v. 28, n. 01, p. 48-69, 2016b.
- _____. Segurança Alimentar no Campo e na Cidade em Nepomuceno-MG. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 13, n. 01, p. 50-71, 2017.
- WATSON, Kelly; ACHINELLI, Moira Laura. Context and contingency: the coffee crisis for conventional small-scale coffee farmers in Brazil. **The Geographical Journal**, Royal Geographical Society, v. 174, n. 03, p. 223-234, 2008.